

## CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA ESTUDANTES DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

Graciele Gonçalves Costa  
E-mail: graciele.gc@hotmail.com  
Profª Ma. Livia Guimarães Farias  
UNEB - *Campus XII*

### RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um Transtorno do Neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação e padrões de comportamentos repetitivos e restritos, logo, o quanto antes diagnosticado e feitos às devidas estimulações, melhor tende a ser o prognóstico. O Brasil ainda não possui dados precisos sobre a prevalência do TEA, mas diuturnamente se observa número crescente de estudantes assim diagnosticados e matriculados na rede regular de ensino, logo, os professores de Educação Física poderão se deparar com o público que tem o TEA. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo: discutir como a Educação Física Escolar pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para se alcançar o objetivo, foi consultado 05 artigos e 04 legislações e 2 manuais diagnósticos DSM V e CID XI. Constatou-se que as práticas corporais de aventuras, de jogos e brincadeiras, de esportes, de ginásticas, de danças e de lutas, podem ser excelentes aliadas no processo de ensino e aprendizagem da criança que tem o TEA, pois estas envolvem o corpo, o lúdico, a relação interpessoal, regras, ou seja, a combinação de vários elementos que trabalham as habilidades de comunicação, de socialização e de comportamentos adaptativos, capacidades, que apresentam comprometimento em pessoas que tem TEA.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

### INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM - V), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um Transtorno do Neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação e padrões de comportamentos repetitivos e restritos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Os sintomas podem se manifestar ainda nos primeiros meses de vida e o seu nível de comprometimento varia de acordo com cada indivíduo. Não existe uma cura para esta condição, mas há tratamentos, como as terapias comportamentais, que podem auxiliar nos processos de socialização, autonomia e desenvolvimento desses sujeitos.

Segundo Paiva Jr (2022, p.1) um estudo publicado na *Jama Pediatrics* “revelou um número de prevalência de autismo nos Estados Unidos de 1 autista a cada 30 crianças e adolescentes entre 3 e 17 anos”. E ainda segundo a mesma fonte, o Brasil ainda não possui dados concretos sobre a prevalência do TEA, contudo, apesar de não se ter números precisos

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação e Políticas  
Públicas

16 a 19 de agosto

sobre a prevalência do TEA neste país, pode se observar no cotidiano das escolas, um número crescente de estudantes assim diagnosticados e regularmente matriculados na educação infantil e educação básica brasileira, tanto na rede pública quanto na rede privada.

Desse modo, é possível afirmar que os professores de Educação Física poderão se deparar com o público que tem o TEA no ambiente escolar, e por isso, a seguinte indagação de pesquisa faz-se pertinente: Como a Educação Física Escolar pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA)? Com o intuito de se discutir esta indagação, inicialmente, se apresentará a pessoa que tem o TEA como um sujeito de direito, a seguir, se explanará sobre o Sistema Educacional Brasileiro e a relevância da Educação Física Escolar e por fim, se mostrará as contribuições da Educação Física para o estudante que tem TEA.

Este estudo trata-se de pesquisa de revisão bibliográfica, de delineamento qualitativo que buscou discutir como a Educação Física Escolar pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os artigos foram pesquisados no Google Acadêmico e Scielo, utilizando como descritores: “Educação Física”, “Inclusão” e “Transtorno do Espectro Autista (TEA)”. Foram encontrados 16 artigos e destes, 5 foram selecionados: Costa e Fernandes (2018), Fernandes, Tomazelli e Girianelli (2020), Hayashi e Gonçalves (2018), Paiva Jr (2022) e Zini (2018). Pois, além de se relacionarem com a temática, foram publicados entre os anos 2018 e 2022. Também foram consultadas legislações e regulamentações: Constituição Federal do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) – Lei nº 9.394 de 1996, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - Lei 12.764/2012, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM - V) e a Classificação Internacional de Doenças – CID XI para dialogar com as análises e discussões aqui apresentadas.

Considerando o exposto, é pertinente dizer que essa temática é de grande relevância para os futuros profissionais da Educação Física e professores em geral, pois ao se compreender as necessidades específicas das pessoas que têm o TEA, é possível se implementar estratégias lúdicas, sonoras, visuais, cenestésicas e táteis que podem contribuir para o desenvolvimento, a autonomia e a socialização deste público, pois estes estímulos de alguma forma e intensidade conseguem mobilizá-los para a realização da atividade, interação com o contexto e produzir



novas aprendizagens. Além disso, suscitar provocações na comunidade acadêmica que contribuam com as discussões sobre a criação ou reorientação das políticas públicas voltadas para os discentes que têm o TEA.

## **A PESSOA QUE TEM O TEA COMO UM SUJEITO DE DIREITO**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo pauta de discussões não só no âmbito da saúde, mas também nos âmbitos da educação e do direito, pois a pessoa que tem o TEA merece uma vida digna, ser assistida nas suas necessidades individuais e a ser inserida na vida em sociedade, e isso engloba a rede regular de ensino – a escola.

O TEA é classificado como um Transtorno do Neurodesenvolvimento e as manifestações podem acontecer ainda nos primeiros meses de vida, tais como: ausência de sorriso social, não direcionar atenção para ruídos, não sustentar o olhar, andar sobre a ponta dos pés por volta do primeiro ano de vida, dificuldade de interação com adultos e crianças e outras características. Assim sendo, é muito importante que pais e cuidadores tenham um olhar atento para o desenvolvimento do bebê, pois o quanto antes o diagnóstico e início da estimulação precoce, melhor tendem a ser o prognóstico.

Fernandes, Tomazelli e Girianelli (2020, p 4) explicam que as versões mais recentes dos manuais diagnósticos, DSM V e CID 11 consideram o autismo como “um espectro, adotam não apenas critérios comportamentais e indicadores do desenvolvimento, mas também critérios cognitivos e de adaptação ao meio (funcionalidade/ atividades da vida diária)”. O diagnóstico do TEA é clínico e é realizado por profissionais da área de saúde mental – médico e psicólogo. O TEA não possui cura, mas existem tratamentos como as intervenções terapêuticas, e em alguns casos, associado ao uso de farmacológicos para assim se contribuir com uma melhor qualidade de vida e desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas, sociais e de vida diária da pessoa que tem o TEA.

Como o TEA afeta as habilidades de comunicação, de socialização e de comportamentos adaptativos, e por isso é indispensável que a população tenha conhecimento sobre o que se caracteriza como TEA para assim se potencializar a inclusão destas pessoas. Em consonância com este objetivo, foi promulgada a Lei 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e em seu artigo terceiro, está disposto os direitos destes indivíduos. E como pode se verificar no referido

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

artigo, todas as informações estão intimamente relacionados com os Direitos Fundamentais da Carta Magna Brasileira e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que nos permite afirmar, que a pessoa que tem o TEA, é entendida como um sujeito de direitos e negar-lhes assistência, acesso às instituições, tratamento e interação com a sociedade é um avilte a sua dignidade humana.

Entretanto, faz-se pertinente destacar algumas críticas de Costa e Fernandes (2018), tece à Lei n°. 12.764/2012, pois segundo elas, o dispositivo legal trás avanços e deixar lacunas, especialmente sobre obrigatoriedade dos tutores para o atendimento especializado dos estudantes que têm o TEA, na rede privada e pública, sobre acesso destes às creches e as escolas e sobre falta de estrutura de escolas e de algumas instituições de atendimento especializado. Frente ao exposto, é possível depreender, que o processo de inclusão das pessoas que têm o TEA está acontecendo, mas muitos desafios ainda precisam ser superados, tais como: os fatos presentes nas críticas supracitadas, os preconceitos de profissionais e pais, a desinformação e outros.

Logo, isso implica em dizer, que os atores sociais dos espaços de educação escolar, e aí se incluem os profissionais da Educação Física, devem voltar o olhar para o seu fazer, para as pessoas que têm o TEA - e que lá estão inseridas - é compreendê-las como seres humanos e assim assisti-las em suas singularidades, e não somente tomando por base para o seu fazer, o que versa a letra da lei, pois é a pessoa que vem em primeiro lugar.

Ao longo dos tempos as legislações podem se modificar e justamente por isso, faz se pertinente atuar de forma holística e humanizada junto às pessoas que têm o TEA para assim se justificar mudanças nos marcos legais, nas políticas públicas e no próprio sistema educacional incluindo no texto o que se precisa para operacionalizar de fato a inclusão.

## A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

A estrutura do sistema educacional brasileiro passou por diversas modificações ao longo do tempo, atualmente, este está regulamentado por duas legislações basilares, a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) – Lei n° 9.394 de 1996. Essas legislações autorizam que as esferas governamentais conduzam e mantenham os programas educacionais, que são pensados a partir da Base Nacional Comum Curricular

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas da Universidade  
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

(BNCC). As modificações foram necessárias porque tanto os regimes políticos quanto a forma de se pensar a educação foram se modificando e por isso a sociedade e o sistema jurídico do Brasil entenderam a importância de se pensar a educação e o sistema educacional numa perspectiva inclusiva.

Conforme explicita a LDB, a educação brasileira é composta por dois níveis – a educação básica e a educação superior - e sete modalidades de ensino organizadas em: educação de jovens e adultos, educação especial, educação à distância, educação indígena, educação quilombola, educação do campo e educação bilíngue de surdos (BRASIL, 1996). Pois dessa maneira, a educação formal e inclusiva, que vai para além do atendimento educacional especializado, assiste a diversidade da população brasileira da infância até a vida adulta.

Ainda com base na Lei supracitada, o artigo 21, inciso I, afirma que a educação básica é organizada em três sub níveis: O primeiro é o da educação infantil – que visa assistir e oferecer estimulação integral da criança de tenra idade até 5 anos -, O segundo é o ensino fundamental – que é dividido em dois períodos: anos iniciais e anos finais ou fundamental I e II - estudantes com idades entre 6 a 14 anos. Visa o desenvolvimento da capacidade de aprender, fazer vínculos e compreensão do ambiente. O terceiro sub nível é o ensino médio – que é a etapa final da educação básica, possui duração mínima de 3 anos e assiste adolescentes de 15 a 17 anos. Objetiva consolidar e aprofundar conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e propiciar um elo entre a educação básica, a técnica científica, o mercado de trabalho e o exercício da cidadania do educando (BRASIL, 1996).

A Educação Física é uma disciplina obrigatória e faz parte do componente curricular da educação básica. De acordo com a (BNCC), a Educação Física se encontra inserida na área de linguagens, juntos com os componentes de língua portuguesa, artes e inglês. Aquela tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, sendo assim, cada uma das práticas corporais compõe as seis unidades temáticas – jogos e brincadeiras, esportes, ginásticas, danças, lutas e práticas corporais de aventuras (BRASIL, 2017). As práticas corporais desempenham um papel importante para o desenvolvimento dos estudantes, pois estas vão muito além dos aprimoramentos físicos, proporcionando benefícios nas áreas do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e cultural.

As atividades esportivas, danças, jogos, ginásticas e lutas contribuem para o desenvolvimento motor, aprimoramento da coordenação, equilíbrio, agilidade, resistência e

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

força, além disso, quando realizadas em grupos incentivam a interação social a cooperação, a empatia e solidariedade entre os colegas. Além desses aspectos, as práticas corporais também podem ser adaptadas, para incluir todos os alunos, independe de suas habilidades físicas ou limitações, fato que favorece o respeito a diversidade e promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor nas aulas de Educação Física que reverberam em outros espaços escolares.

Em síntese, as práticas corporais podem ser consideradas ferramentas pedagógicas potentes no processo de ensino e aprendizagem dos discentes, pois apresentam impactos significativos no crescimento integral do estudante, contribuindo para o desenvolvimento, físico, emocional, social e cultural, além de promover valores importantes como trabalho em equipe, o respeito e a promoção a saúde de todas as pessoas, independentemente da idade.

## AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ESTUDANTE QUE TEM TEA.

Especialmente com o advento das redes sociais, muito tem se falado sobre TEA, e assim sendo, dando voz e visibilidade às pessoas que têm estas características, como também, compartilhando informações, democratizando conhecimento e ao mesmo tempo revelando a importância das políticas públicas de ensino e de saúde para a vida e bem estar dessas pessoas. Conforme se explicita no artigo Art. 208 inciso III da Constituição Federal de 1988, e também na LDB de 1996, o atendimento educacional especializado às pessoas que têm Deficiências, TEA e Altas Habilidades, tem de ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1996; BRASIL, 1988). Contudo, considerando a realidade brasileira, isso se figura como um desafio, pois diuturnamente estas pessoas têm de superar obstáculos que perpassam pela dificuldade financeira, estrutural e atitudinal, pois o preconceito é real. Contudo, apesar dos desafios, a garantia desse direito tem de ser operacionalizada e por isso foram criadas as salas de recursos multifuncionais e alguns serviços especializados nos municípios brasileiros. Infelizmente, estes equipamentos, ainda não estão disponíveis em todas as escolas, mas esta, com certeza devem ser uma meta.

Assim sendo, dentro do contexto da educação inclusiva, do atendimento educacional especializado, os componentes curriculares da Educação Física passaram por um processo de adaptação das suas práticas, uma vez que, durante muito tempo elas estiveram voltadas para o alcance da capacidade física e das habilidades motoras com foco em padrões de eficiência e de rendimento, excluindo os menos habilidosos ou os que possuíam alguma limitação (HAYASHI;



GONÇALVES, 2018). Hoje os componentes curriculares da Educação Física têm um compromisso com a saúde e a cultura corporal do movimento, pois esta mudança de paradigma é indispensável para a formação dos estudantes de Educação Física - tanto do bacharelado quanto da licenciatura.

A Educação Física visa contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes, colaborando para a formação de cidadãos autônomos, críticos, responsáveis e capazes de tomar decisões conscientes em relação à sua saúde e ao seu bem estar físico e emocional. A BNCC considera que a Educação Física trabalha habilidades e competências importantes para ampliação da consciência dos movimentos corporais, do cuidado e autocuidado, e ajuda no desenvolvimento da autonomia e participação mais confiante na sociedade (BRASIL, 2017). Inclusive de pessoas público da Educação Especial através de uma abordagem adaptada e inclusiva, a Educação Física pode proporcionar experiências enriquecedoras e melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA.

Segundo Zini (2018) há diversas maneiras de adaptações nas atividades que envolvem a Educação Física, como a utilização de dispositivos sonoros, atividades coletivas, explicações mais claras e objetivas, marcações realizadas na quadra, entre outras. Cada tipo de adaptação deve levar em consideração as especificidades de cada estudante. Essas estratégias podem ser utilizadas pelos professores de Educação Física para garantir aos discentes com necessidades educacionais especiais a participação nas atividades, pois estas adaptações possibilitam uma comunicação assertiva, autonomia, independência, socialização e aprendizado.

Sendo assim, as práticas corporais de aventuras, de jogos e brincadeiras, de esportes, de ginásticas, de danças e lutas, podem ser excelentes aliadas neste processo de ensino e aprendizagem, pois além de lúdicas, se bem conduzidas, estas podem favorecer o desenvolvimento cognitivo, social e motor da pessoa que tem o TEA. As práticas corporais como: esporte, lutas, ginásticas entre outras, oportunizam trabalhar o desenvolvimento das habilidades motoras: como o equilíbrio, coordenação, destreza e força. Essas atividades contribuem para melhorar a motricidade global e aperfeiçoar o controle do corpo. Os jogos e brincadeiras e as atividades que requerem estratégias e tomadas de decisões rápidas, podem favorecer o desenvolvimento cognitivo e a melhoria das habilidades de resolução de problemas, além disso, também pode promover a interação social, ajudando as pessoas com TEA a desenvolverem habilidades sociais, como a comunicação, o trabalho em equipe e a cooperação

# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

com os outros. Em suma, as práticas corporais, promovem a inclusão de pessoas com TEA, valorizando suas capacidades e respeitando suas limitações.

Desta forma, cabe aos educadores buscar meios de incluí-los nas atividades curriculares e cotidianas propostas pelas escolas, de forma que possam ajudar com seu desenvolvimento, através de estratégias lúdicas, sonoras, visuais, cenestésicas e táteis que podem contribuir para o desenvolvimento, a autonomia e a socialização da pessoa que tem o TEA, pois aqueles estímulos de alguma forma e intensidade conseguem mobilizá-los para a realização da atividade que por sua vez, reverberarão sobre suas dificuldades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conseguiu demonstrar que a Educação Física Escolar pode contribuir para o desenvolvimento dos estudantes diagnosticados com TEA ao destacar a importância de se adaptar as aulas de educação física por meio de recursos físicos, sonoros, visuais, táteis, mas também, promover adaptações atitudinais, ou seja, na forma de falar e de interagir, pois estes instrumentos e estratégias se figuram como mediador de comunicação assertiva e de construção das relações humanas, que por sua vez, reverberarão sobre as dificuldades específicas de comunicação, socialização e de comportamentos adaptativos da pessoa que tem o TEA.

Também se evidenciou no trabalho que as práticas corporais, como: esportes, lutas, ginásticas entre outras, oportunizam o desenvolvimento das habilidades motoras das pessoas com TEA, como o equilíbrio, coordenação, destreza e força. E também, que os jogos e brincadeiras e as atividades que requerem estratégias e tomadas de decisões rápidas, podem favorecer o desenvolvimento cognitivo e a melhoria das habilidades de resolução de problemas, além disso, também pode promover a interação social.

Frente ao exposto, é possível demonstrar que as aulas de Educação Física contribuem, significativamente, para o desenvolvimento humano, pois ensinam a conviver, a identificar diferenças e a criar estratégias novas para promover acessibilidade e inclusão não só do professor com o estudante, mas também entre os pares e da pessoa que tem o TEA com ela mesma e com a sociedade. São por meio de estratégias como estas, que se propiciam aprendizagens significativas e autênticas interações humanas.



# VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA  
E PROCESSOS  
FORMATIVOS: entre emergências  
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII  
Departamento de  
Educação



NEPE  
Núcleo de Estudos, Pesquisas  
e Projetos em Educação  
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA (2014). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. (5 ed; M. I. C. Nascimento Trd) [Recurso eletrônico]. Porto Alegre – RS: Artmed, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 de julho 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília - DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 12.764/2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União, Brasília – DF, 2012.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; FERNANDES, Paulo Vanessa. **Autismo, cidadania e políticas públicas: as contradições entre a igualdade formal e a igualdade material**. Revista do Direito Público, Londrina, v. 13, n. 2, p.195-229, ago. 2018. DOI: 10.5433/24157-108104-1.2018v13n2p195. ISSN: 1980-511X.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. **Diagnóstico de Autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas**. Psicologia USP, v. 31, p. e 200027, 2020.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Estudo Bibliométrico dos Balanços da Produção Científica em Educação Especial na Revista Brasileira de Educação Especial (1999-2017). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. spe, p. 135-152, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. (2018) **Classificação Internacional de Doenças - Mortalidade e Morbidade Estatísticas: CID-11**, 2018.



PAIVA JUNIOR, Francisco. **Novo estudo indica prevalência: 1 em cada 30 crianças nos EUA é autista.** Canal Autismo, 2022. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/noticia/novo-estudo-indica-prevalencia-1-em-cada-30-criancas-nos-eua-e-autista/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

ZINI, Rodrigo. **Formação inicial do professor de Educação Física para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.** 2018. 184 f. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel- PR, 2018.